



Africanos libertos em tempos de escravidão: um pouco mais sobre a precariedade da liberdade no Brasil oitocentista

Freed Africans in times of slavery: a little more on the precariousness of freedom in Nineteenth Century Brazil

Mateus Rezende Andrade

Doutorando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
mateus.rezende@gmail.com

Recebido em: 24/10/2017

Aprovado em: 25/12/2017

RESUMO: No Brasil tem crescido o interesse por pesquisas sobre trajetórias individuais e a formação de redes sociais, as quais têm enriquecido as reflexões sobre estratégias de agentes históricos nos mais diversos estratos que marcaram as sociedades do passado brasileiro. Influenciado por recentes estudos que postularam teses sobre a precariedade da liberdade no Brasil oitocentista, este artigo analisa a trajetória de africanas egressas do cativeiro numa região que foi grande receptora de indivíduos oriundos do tráfico transatlântico de escravos. A reconstrução de suas relações de compadrio e as suas estruturas familiares, possibilitou enxergar a força da escravidão nas sociabilidades forjadas, a qual, diga-se, pôs à prova, cotidianamente, a condição de liberdade, o que exigiu estratégias que demarcassem o lugar social destes indivíduos libertos. Por fim, a microanálise permitiu enxergar africanos libertos como agentes históricos que ultrapassaram os limites das hierarquias vigentes, construindo laços de compadrio que não se enquadraram pelas estruturas sociais do mundo dos senhores de escravos.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão; Libertos; Redes sociais.

ABSTRACT: In Brazil has been growing the interest in research on individual life course and the formation of social networks, which has enriched the discussions on strategies of historical agents in the various strata that marked the societies of the Brazilian past. Influenced by recent studies which have postulated theories about the precariousness of freedom in nineteenth-century Brazil, this paper analyzes the trajectory of Africans ex-captives in a region which was great receiving of individuals from the transatlantic slave trade. The reconstruction of their godparenthood relations and their family structure made possible to see the strength of slavery in forging sociabilities, which, daily tested the condition of freedom, which required strategies that demarcated the social place of these freed individuals. Finally, microanalysis allowed to see freed Africans as historical agents who went beyond the limits of existing hierarchies, building social bonds that were not framed by the social structures of the world of slaveowners.

KEYWORDS: Slavery; Freedmen; Social networks.



Introdução

Este artigo tem como principal objetivo exibir possibilidades e ensaiar interpretações acerca de trajetórias de africanos libertos na sociedade brasileira do século XIX. Adoto como cerne da observação a província de Minas Gerais, que por suas características econômicas e de povoamento, foi palco de peculiaridades demográficas que caracterizaram a formação, no século XVIII, de um universo cultural mestiço, peculiarmente distinto de outras experiências vividas na América portuguesa até então¹, principalmente em relação à cor/qualidade da população, grande índice de manumissão e grande aporte populacional.

Por sua vez, a perenidade dos traços distintivos desta nova estrutura societária foi percebida quando historiadores e economistas revisaram a historiografia que presumia a decadência da economia mineradora, demonstrando o apego à escravidão de uma economia não-exportadora², a qual, subvertendo todas as possibilidades, sustentou a escravidão pela pulverização da posse de cativos em pequenas propriedades.³

Finalmente, as análises por mim empreendidas tiveram como foco interpretativo a região do Vale do Rio Piranga, núcleo primário de povoamento, a qual conheceu grandes fluxos migratórios no início da segunda metade do século XVIII, decorrente das primeiras crises de extração aurífera.⁴ Por fim, foi uma região que se caracterizou por ser a primeira fronteira agrícola da porção leste da capitania de Minas Gerais, um espaço de transição entre a mineração e a agropecuária, entreposto avançado do movimento de ocupação do Vale do Paraíba cafeeiro.⁵

Para concluir esta parte introdutória, apresento os dados da Tabela 1, a partir dos quais deixo indicada a ativa participação da região nos circuitos do tráfico transatlântico de escravos, o que pode ser depreendido a partir do expressivo número de homens provenientes do continente africano. Ainda, somam-se a estes dados as informações contidas no Gráfico 1, as quais demonstram a cronologia do tráfico de escravos para a América Portuguesa, do qual destaca-se a

¹ PAULA, João Antônio de. **Raízes da modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000; PAIVA, Eduardo França. A plebe negra. Forros nas Minas Gerais no século XVIII. **Caravelle**. Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien. n°84, 2005. p. 65-92.

² MARTINS, R.B. **Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil**. (Tese de doutorado). Nashville, Vanderbilt University, 1980; MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. **Estudos Econômicos**, Instituto de Pesquisas Econômicas – USP, v. 13, n. 1, 1983.

³ LIBBY, D. C.. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁴ LANGFUR, Hal. **The forbidden lands: colonial identity, frontier violence, and persistence of Brazil's eastern Indians, 1750-1830**. Stanford, California: Stanford University Press, 2006.

⁵ ANDRADE, Mateus Rezende. Compadrio, casamento e espaço em zona de fronteira agrícola: redes sociais da elite rural de Piranga (Minas Gerais, C1760-C1850). **Revista Tempos Históricos**, v. 19, p. 235-267, 2015. p. 241-243.



expressividade da região “Sudeste” a partir das décadas finais do século XVIII e ao longo do século XIX.

	Branços	Crioulos	Pardos	Africanos	Total
Livres	98,26	77,32	87,78	191,55	91,56
Escravos	-	99,88	114,56	406,92	161,78

Tabela 1 - Razão de Sexos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32. Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas Nominativas 1831-32. Disponível em www.poplin.cedeplar.ufmg.br.

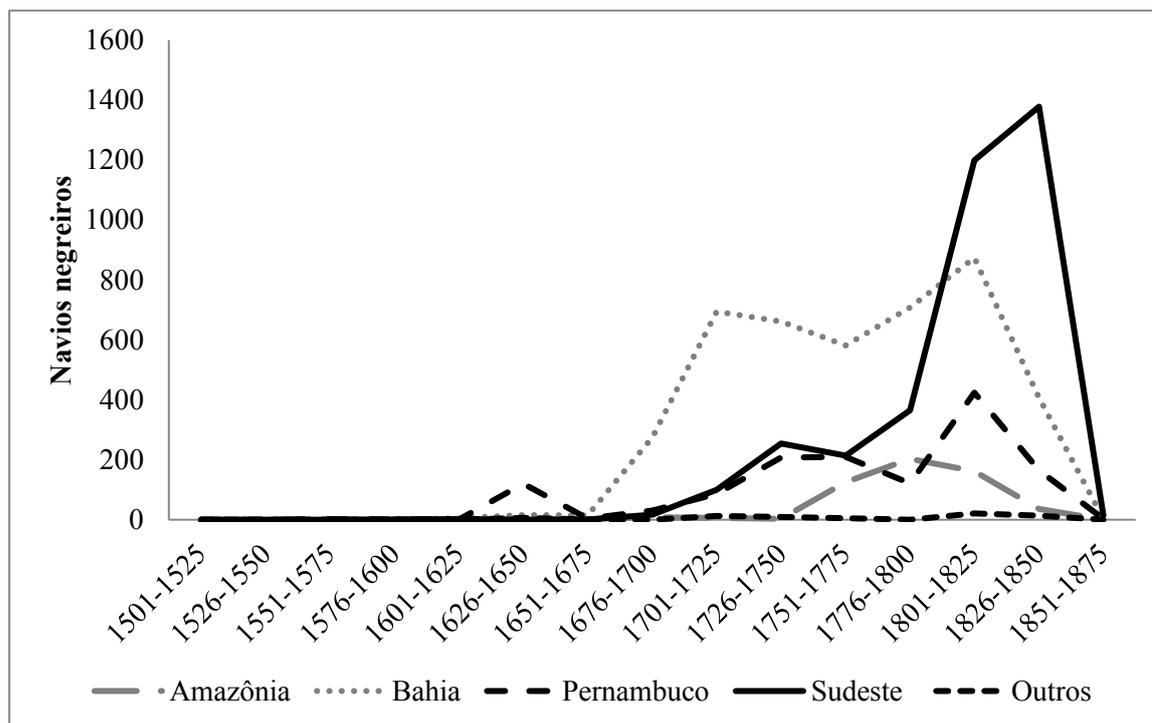


Gráfico 1 – Tráfico transatlântico de escravos e regiões de desembarque na América Portuguesa (1500 – 1875).
Fonte: www.slavesvoyages.org.

Paralelamente, apresento informações sobre o tráfico de escravos para região do Vale do Rio Piranga (Gráfico 2), extraídas a partir de cálculos feitos em cima de informações retiradas de assentos de batismo sacramentados nas capelas da região em estudo. Estes dados evidenciam o incremento da mão-de-obra cativa baseado no tráfico transatlântico nas três primeiras décadas do século XIX, o que sugere a participação desta região na diversificação econômica que caracterizou a capitania de Minas Gerais no processo de abastecimento da Corte recém-instalada no Rio de Janeiro.⁶

⁶ LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1802-1842. São Paulo: Símbolo, 1979; LIMA, Felipe Moreira Alves de. **Elites econômicas e atividades agropastoris de abastecimento**: São João e São José Del-Rei, 1750-1808. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de São João del-Rei, 2017; MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. **Remediados senhores**: pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes, c. 1790-1844. Tese (doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, 2014, p. 32-49.

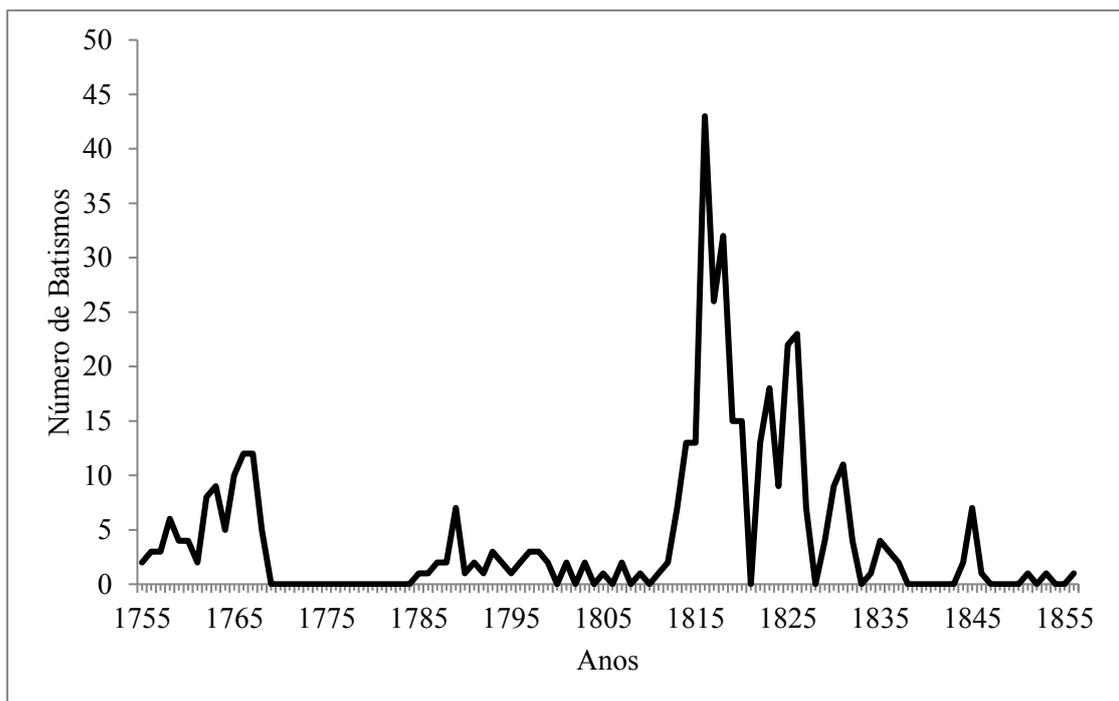


Gráfico 2 – Batismos de africanos adultos, Paróquia de Piranga, Minas Gerais (1755 – 1856). Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga; www.familysearch.org.

Africanos e afrodescendentes no Brasil

Do ponto de vista da história social, das relações construídas por africanos e afrodescendentes no universo colonial e imperial brasileiro, bem como suas tramas cotidianas e trajetórias de vida, recentes publicações sobre a participação de mulheres africanas na formação da ordem socioeconômica que vigorou no passado brasileiro, inspiraram a pesquisa que possibilitou a escrita deste artigo. Mariana Dantas, em artigo publicado no ano de 2015 na *African Economic History*, demonstra a ativa participação de mulheres africanas e suas descendentes no processo de transformação econômica averiguado em Minas Gerais na passagem do século XVIII para o XIX, através da pluralização das formas de inserção no mercado, sem concentrar-se somente em atividades têxteis ou comerciais, mas, também na mineração e produção de alimentos.⁷

Nesta mesma edição do periódico supracitado, Douglas Cole Libby é o autor de um artigo no qual narra a trajetória de sete gerações de uma família descendente de africanos escravizados, identificados como “Mina” e trazidos para as Minas Gerais na década de 1740. Analisando a trajetória de vida da matriarca desta família, Libby demonstra como ela, atuando como quitandeira, conseguiu alcançar sua liberdade e de seus filhos, constituir um patrimônio que envolvia uma casa e alguns escravos, proporcionando novas oportunidades de ascensão social para seus

⁷ DANTAS, Mariana L. R. Miners, Farmers, and Market People: Women of African Descent and the Colonial Economy in Minas Gerais. *African Economic History*, Volume 43, 2015, pp. 82-108. Disponível em <https://muse.jhu.edu/article/610845>, acesso em 13 ago. 2016.



descendentes.⁸

Em relação aos sistemas de parentesco e práticas religiosas de africanos e afrodescendentes, Luis Nicolau Parés publicou no periódico *History in Africa* um artigo no qual analisa a rede de relações de compadrio constituída por um grupo de afrodescendentes libertos em suas interfaces étnicas e afetivas, demonstrando como a constituição destas interconexões deu-se em conjunto a produção de uma comunidade de mercadores envolvida, principalmente, com o tráfico de escravos.⁹

Apesar de todas as trajetórias narradas pelos autores supracitados demonstrarem histórias de mobilidade e ascensão social, eu inicio as análises empreendidas reiterando a tese da “precariedade da liberdade” no passado brasileiro.¹⁰ Apesar de pesquisas recentes terem apontado os caminhos da mobilidade e ascensão social de africanos e afrodescendentes, este estudo tem por cerne as trajetórias que demonstram a precarização da liberdade no passado escravista brasileiro. O intuito é não perder de vista a “força da escravidão”, renovando o olhar sobre a excepcionalidade daqueles africanos e afrodescendentes que, convivendo com as adversidades de uma sociedade gestada nas entrelinhas da violência e escravidão¹¹, superaram expectativas reordenando suas próprias experiências.

Compadrio, escravidão e liberdade

A primeira trajetória que trago ao conhecimento dos leitores é a de Maria Preta¹², uma mulher de 55 anos, agregada ao domicílio de Antônio José de Carvalho (Tabela 2), recenseado como um proprietário de 16 cativos no ano de 1839. Numa busca por outras listas nominativas confeccionadas na localidade quase uma década antes, no ano de 1831, encontramos Maria, descrita

⁸ LIBBY, Douglas C. Slave, Free, and Freedwomen. Succeeding Generations of Africans and Afro-descendants in Eighteenth and Nineteenth Century Minas Gerais. **African Economic History**, Volume 43, 2015, pp. 109-135. Disponível em <https://muse.jhu.edu/article/610846>, acesso em 13 ago. 2016.

⁹ PARÉS, Luis Nicolau. Afro-Catholic Baptism and The Articulation of a Merchant Community, Agoé 1840-1860. **History in Africa**, Volume 42, 2015, pp. 165-201. Disponível em <https://muse.jhu.edu/article/583529>, acesso em 13 ago. 2016.

¹⁰ Esta tese ronda a historiografia brasileira já há quase duas décadas, e recentemente voltou com argumentos mais incisivos no livro de Sidney Chalhoub, **A Força da Escravidão**, em capítulo no qual analisa os Livros da Casa de Detenção da Corte, documentação extremamente rica para se compreender o contexto em que reforçava-se o escravismo no Brasil. Todavia, sem perder sua razão de ser, os oficiais da polícia, documentaram ali uma série de contradições. Dentre elas, a prisão de homens livres, “por suspeita de haver fugido”. Como poderia aquele detento ser ao mesmo tempo um indivíduo livre e um desertor? Dentre outras questões e apontamentos documentais, Sidney Chalhoub demonstra que a força da escravidão na sociedade oitocentista brasileira esteve em sua alta capacidade de privar de suas liberdades indivíduos africanos e afrodescendentes. Ver CHALHOUB, Sidney. **A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 227-276. Para análises de casos elucidativas sobre o tema, ver p. 231-242.

¹¹ LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

¹² No caso dos recenseamentos populacionais realizados em Minas Gerais na década de 1830, ‘Preto’ era uma descrição genérica que muitos recenseadores deram para os indivíduos africanos.



como “africana”, cativa de Antônio José de Carvalho. Além de Maria, havia outros 4 africanos escravizados, mais sete indivíduos descritos como crioulos e um pardo, o qual era carpinteiro, ocupação que muito provavelmente definiu a sua distinta “qualidade”.¹³

nº	Nome	Sexo	Idade	Qualidade/cor	Estado	Condição	Ocupação
1	Antônio Jose de Carvalho	M	69	branco	solteiro	livre	roça
2	Joaquim	M	32	pardo	solteiro	escravo	carpinteiro
3	Joao	M	50	pardo	solteiro	escravo	
4	Domingos	M	24	preto	solteiro	escravo	
5	Joao Jose	M	50	preto	solteiro	escravo	
6	Salvador	M	34	crioulo	solteiro	escravo	
7	Jeronimo	M	32	crioulo	solteiro	escravo	
8	Lucindo	M	5	crioulo	solteiro	escravo	
9	Maria	F	55	preto	solteiro	escravo	
10	Joana	F	50	crioulo	solteiro	escravo	
11	Maria	F	44	crioulo	solteiro	escravo	
12	Silvana	F	40	crioulo	solteiro	escravo	
13	Marta	F	38	crioulo	solteiro	escravo	
14	Andreza	F	39	crioulo	solteiro	escravo	
15	Rita	F	24	crioulo	solteiro	escravo	
16	Francelina	F	10	crioulo	solteiro	escravo	
17	Francisca	F	3	crioulo	solteiro	escravo	
18	Maria	F	55	preto	solteiro	livre	

Tabela 2 – Domicílio chefiado por Antônio José de Carvalho, Piranga, 1839. Fonte: APM. Listas Nominativas.

A conclusão evidente é Maria ter alcançado a liberdade ao longo da década de 1830. Em busca por compreender este processo de alforria, mirei os assentos de batismos confeccionados na localidade, tendo em mente que ali encontraria relações de compadrio que a teriam lhe garantido o acesso à liberdade. Porém, agora, conhecendo a sua trajetória, me pergunto: que liberdade é esta que a manteve habitando o mesmo domicílio onde era cativa, muito provavelmente, relegada às mesmas condições de cativo? Eventualmente, agregar-se ao antigo senhor era uma escolha por proteção, mantendo-se próximo àqueles com quem possuía vínculos familiares ou afetivos, os quais reconheciam sua condição de liberdade, a qual, como se verá, foi negada a Maria no ano de 1831.

¹³ Há na historiografia brasileira uma longa trajetória acadêmica de pesquisas sobre os significados da “cor” e suas relações com a condição social dos indivíduos no passado brasileiro. Roberto Guedes, a partir da análise de trajetórias de pessoas que mudavam de cor quando ascendiam socialmente, por exemplo, ao adquirirem um novo ofício, concluiu que os qualitativos das “cores” representavam o lugar social do indivíduo (Ver GUEDES, Roberto. **Egressos do Cativo**: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c.1798- c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2008. p. 69-125). Todavia, nesta discussão, não pode-se deixar de lado os postulados de Douglas Libby e Sílvia Lara, pesquisadores que, sem descartarem a “cor” como lugares sociais, demonstraram que estas denotavam identidades e, em tese, remontam à gênese de um processo de racialização da sociedade brasileira (Ver LIBBY, Douglas Cole. A Culture of Colors: Representational Identities and Afro-Brazilians in Eighteenth- and Nineteenth-Century Minas Gerais. **Luso-Brazilian Review**, v. 50, p. 26-53, 2013; LARA, Sílvia Hunold. **Fragmentos setecentistas**: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007).



Há vasta historiografia sobre os tênues limites que divisavam a escravidão e a liberdade no passado brasileiro que cooperam com a reflexão proposta nos questionamentos acima. Dentro desta temática, alguns pesquisadores focaram-se nos tortuosos processos sociais que envolviam a alforria, demonstrando que a porta de saída do cativo demandava uma série de negociações e poucas vezes significou a plena liberdade ao indivíduo liberto. A este respeito, Silvia Lara, perscrutando a agência social de indivíduos escravizados, demonstrou que no século XIX vigoraram diferentes concepções de liberdade, destacando que liberdade não se restringiu a possibilidade de vender voluntariamente sua força de trabalho. Conforme salientou a autora em artigo publicado na década de 1990, ser livre poderia significar a possibilidade de não servir a mais ninguém ou viver longe da tutela senhorial, podendo ir e vir sem controle e restrições de capatazes e feitores. Destacou-se ainda, a liberdade, em diversas situações, significou a capacidade de constituir família e manter laços afetivos sem o perigo de ver filhos e cônjuge serem comercializados pelo seu proprietário.¹⁴

Cabe salientar, Silvia Lara é uma pesquisadora que compôs a vanguarda da virada historiográfica sobre a escravidão no Brasil, a qual combateu, principalmente, os pressupostos teóricos de Jacob Gorender, os quais generalizavam experiências e coisificavam os indivíduos escravizados.¹⁵ Assim, obras como a de Sidney Chalhoub¹⁶, João José Reis¹⁷, Hebe Mattos¹⁸ e Silvia Lara¹⁹ trouxeram à linha de frente dos estudos históricos a agência social de indivíduos escravizados e libertos, matizando suas escolhas, objetivos e estratégias sociais.

Ao fim e ao cabo, sobre a temática do acesso a liberdade no passado escravista brasileiro, o principal legado desta historiografia foi a visão de que alforria e outros ganhos materiais ou simbólicos não devem ser considerados como uma flexibilização da violência do sistema escravista e manifestação da bondade senhorial, pois, não se tratavam somente de benefícios concedidos pelos proprietários de escravos, mas também, como frutos da luta e resistência dos indivíduos escravizados.

Por outro lado, há aqueles autores que enfatizaram a função estrutural da alforria para a

¹⁴ LARA, Sílvia H. Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, nº16, p. 25-38, fevereiro de 1998. p. 28.

¹⁵ A principal obra de Jacob Gorender criticado por estes autores revisionistas é GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

¹⁶ CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁷ REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁸ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹⁹ LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.



reprodução do sistema escravista, os quais destacaram a persistência de uma liberdade conservadora sustentada pelo próprio sistema. A este respeito, Manolo Florentino ressaltou que muitos indivíduos libertos ao ascenderem economicamente, tornavam-se proprietários de escravos, aspecto, segundo ele, que perpetuava a expectativa entre escravos de não apenas um dia alcançar a tão almejada liberdade, mas, também, desfrutar de um *status quo* de senhor de escravos entre os indivíduos livres. Grosso modo, tal situação significava efetivamente, a reprodução das estruturas vigentes, isto é, a reiteração do escravismo.²⁰

É importante ter em mente estes pressupostos interpretativos, pois, estou dissertando neste artigo sobre famílias e indivíduos que traçaram os seus caminhos entre a escravidão e a liberdade, portanto, deixo em tela, estratégias de indivíduos que resistiram à escravidão e desenharam, socialmente, suas condições de indivíduos livres.

nº	Nome	Sexo	Idade	Qualidade/cor	Estado	Condição	Ocupação
	Antônio Jose de						roça e
1	Carvalho	M	58	branco	Solteiro	livre	engenho
2	Joaquim	M	26	pardo	Solteiro	escravo	carpinteiro
3	Jeronimo	M	20	crioulo	Solteiro	escravo	
4	Salvador	M	16	crioulo	Solteiro	escravo	
5	Joao	M	36	africano/preto	Solteiro	escravo	
6	Joao	M	40	africano/preto	Solteiro	escravo	
7	Domingos	M	40	africano/preto	Solteiro	escravo	
8	Francisco	M	38	africano/preto	Solteiro	escravo	
9	Joana	F	36	crioulo	Solteiro	escravo	fiadeira
10	Silvana	F	30	crioulo	Solteiro	escravo	fiadeira
11	Rita	F	16	crioulo	Solteiro	escravo	fiadeira
12	Marta	F	18	crioulo	Solteiro	escravo	fiadeira
13	Andreza	F	12	crioulo	Solteiro	escravo	fiadeira
14	Maria	F	43	africano/preto	Solteiro	escravo	fiadeira

Tabela 3 – Domicílio chefiado por Antônio José de Carvalho, Piranga, 1831. Fonte: APM. Listas Nominativas.

Passo assim, a analisar as sociabilidades constituídas na pia batismal por aquela mulher africana. Em janeiro de 1817, Maria Rebolo, escrava de Antônio José de Carvalho, foi madrinha de batismo, juntamente com Mateus Songo, cativo do mesmo efetivo escravo, da filha de Madalena “Crioula”, escrava da testamentária de Dona Maria.²¹ Em dezembro do ano seguinte, ela e José Angola, também escravo de Antônio José de Carvalho, foram padrinhos de Francisco Angola,

²⁰ Sobre estas perspectivas que destacaram a função estrutural das alforrias em reproduzir as estruturas escravistas, ver FLORENTINO, Manolo. Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871. In: FLORENTINO, Manolo (org.) **Tráfico, cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

²¹ Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana – Livros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 11, folha 7v.



cativo adulto, recém-chegado à região via tráfico transatlântico.²² Em junho de 1821, mais uma vez Maria atua como madrinha, desta vez, do filho de Maria “índia”, sacramento no qual, o padrinho foi Francisco Angola, seu afilhado em 1818.²³ Porém, neste sacramento, Maria não é mais cativa de Antônio José de Carvalho, mas, da testamentária daquela Dona Maria supracitada.

Finalmente, em 1825, Maria volta a pia batismal para ser madrinha, novamente com Francisco Angola, seu afilhado, cativo de Antônio José de Carvalho, desta vez, de Francelina, filha de Marta “Crioula”, cativa do mesmo efetivo.²⁴ Apesar de mais uma vez Francisco e Maria terem ido em conjunto a pia batismal, o que é indicativo de alguma relação consensual entre os dois, o que chama atenção neste sacramento de batismo é Maria ser descrita como “forra”. Portanto, não em algum momento ao longo da década de 1830, mas, entre os anos de 1821 e 1825, foi o período em que Maria Rebolo tornou-se uma africana liberta. Todavia, ainda habitando no mesmo domicílio, cotidianamente precisava reiterar sua liberdade, tanto que o recenseador responsável pela lista nominativa do ano de 1831, a listou como cativa, muito provavelmente pelo estigma da cor e sociabilidades circunscritas ao mundo dos escravos, havendo impossibilidade de provar sua liberdade.

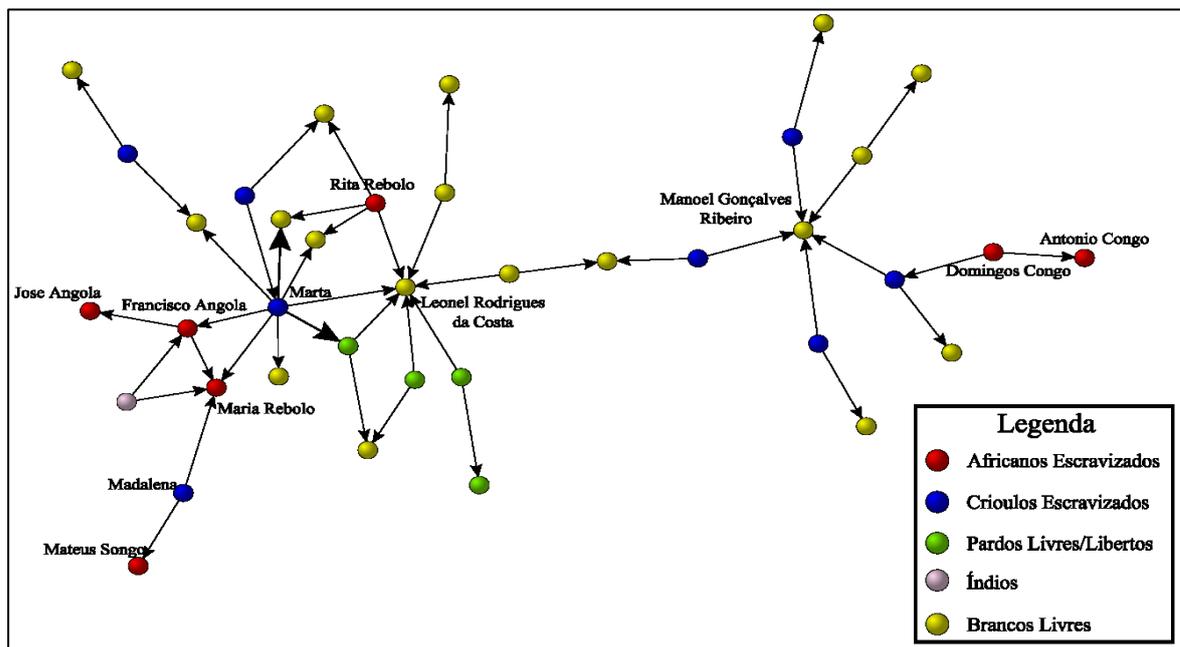


Imagem 1 – Relações de compadrio, Maria Rebolo. Paróquia de Piranga, 1817 - 1844. Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga; www.familysearch.org.

²² Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana – Livros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 11, folha 12.

²³ Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana – Livros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 8, folha 281.

²⁴ Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana – Livros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 11, folha 67v.



Outra trajetória elucidativa do universo das sociabilidades domiciliares de africanos libertos em Minas Gerais é a de Isabel “Congo”, agregada ao domicílio chefiado por Maria Rosa do Espírito Santo, onde habitam seu filho José Teixeira e cinco cativos, todos crioulos (Tabela 4). Portanto, assim como Maria Rebolo, Isabel “Congo” é a única agregada do domicílio neste ano de 1839. Valendo-se do mesmo procedimento aplicado ao domicílio de Antônio José de Carvalho, buscou-se o mesmo no outro recenseamento realizado na localidade em 1831.

nº	Nome	Sexo	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação
1	Maria Rosa do Espírito Santo	F	70	branco	Viúvo	Livre ou Lib	Lavrador
2	Jose Teixeira	M	26	branco	Solteiro	Livre ou Lib	
3	Modesto	M	36	crioulo	Solteiro	Escravo	
4	Francisco	M	34	crioulo	Solteiro	Escravo	
5	Maria	F	28	crioulo	Solteiro	Escravo	
6	Antônio	M	4	crioulo	Solteiro	Escravo	
7	Egídio	M	1	crioulo	Solteiro	Escravo	
8	Isabel	F	58	Congo	Viúvo	Livre ou Lib	

Tabela 4 – Domicílio chefiado por Maria Rosa do Espírito Santo, Piranga, 1839. Fonte: APM. Listas Nominativas.

Neste ano, além de Isabel, listada como “africana”, Ana, Sabina e Maria Ribeira, mulheres distinguidas pelo designativo crioula, são agregadas no domicílio de Maria Rosa do Espírito Santo (Tabela 5). Desta vez, o problema que fica é: por que Ana, Sabina e Maria Ribeira deixam de ser agregadas ao longo da década de 1830 e Isabel continua agregada ao mesmo domicílio? Mais uma vez, recorreu-se aos registros de batismos e, conclui-se o que é dúvida na trajetória de Maria Rebolo: Isabel continuava agregada ao mesmo domicílio por manter-se próxima a sua família.

nº	Nome	Sexo	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação
1	Maria Rosa do Espírito Santo	F	60	branco	viúvo	livre	Lavrador
2	Modesto	M	26	crioulo	solteiro	escravo	
3	Francisco	M	24	crioulo	solteiro	escravo	
4	Romualdo	M	30	crioulo	solteiro	escravo	
5	Francisco	M	25	africano/preto	solteiro	escravo	
6	Maria	F	18	crioulo	solteiro	escravo	
7	Ana	F	12	crioulo	solteiro	escravo	
8	Isabel	F	46	africano/preto	solteiro	livre	
9	Ana	F	48	crioulo	solteiro	livre	
10	Sabina	F	7	crioulo	solteiro	livre	
11	Maria Ribeira	F	70	crioulo	solteiro	livre	

Tabela 5 – Domicílio chefiado por Maria Rosa do Espírito Santo, Piranga, 1831. Fonte: APM. Listas Nominativas.



Cabe notar que em 1839, Isabel é listada como viúva e em 1831, solteira. Apesar de ser possível ter se casado em enviuvado neste curto período de tempo, este não é o caso em questão. Quando procurada nos assentos de batismo, encontro uma Isabel, ora Benguela, ora Angola, escrava de José Teixeira de Oliveira (esposo de Maria Rosa do Espírito Santo) indo a pia batismal batizar cinco filhos entre os anos de 1804 e 1820. Dentre eles, Modesto, o qual ainda era cativo na década de 1830.

Porém, a reconstituição das relações de sociabilidades por ela traçadas na pia batismal elucidam uma série de mecanismos e estratégias acerca do seu caminho à liberdade. No ano de 1804, no dia 8 de julho, é sacramentado o batismo de sua filha Joana, primeira e única filha natural.²⁵ Os padrinhos escolhidos são Antônio, na ocasião – e somente nesta – descrito como “pardo”, escravo do Padre Joaquim Araújo Correia e Ana Joaquina, sem qualquer descrição sobre sua condição e cor, porém, destacada como agregada de Domingos Gonçalves Moreira, o que deixa claro tratar-se de uma mulher livre ou liberta.²⁶ Em dezembro do ano seguinte é sacramentado o batismo de Modesto, filho legítimo de Isabel Benguela e Antônio Crioulo, ambos cativos de José Teixeira de Oliveira.²⁷ A partir destes dois ritos batismais, destacam-se alguns aspectos: muito provavelmente Joana e Modesto eram filhos do mesmo pai, Antônio Crioulo, apenas não discriminado no primeiro assento de batismo pelo rigorismo do pároco responsável com as normas eclesiásticas. Por outro lado, supõe-se que a paternidade velada no batismo de Joana foi devotada através do apadrinhamento.

Analisando a trajetória do Padre Joaquim Araújo Correia, detectamos que ele foi pároco em capelas filiadas à Matriz de Piranga entre os anos finais da década de 1780 e início de 1800, deixando o cargo para ocupar o posto na Capela da Vargem, na freguesia da Sé de Mariana, conforme informações contidas em assentos de batismos sacramentados na paróquia de Piranga nos quais ele atuou como padrinho através de procuradores.²⁸ Deste modo, supõe-se que Antônio “pardo”, padrinho de Joana, é o mesmo Antônio “Crioulo” pai de Modesto, o qual, na iminência de ter de acompanhar seu senhor e deixar para trás sua família, se mobilizou de forma a garantir sua permanência na localidade.

²⁵ Os filhos naturais são aqueles nascidos de relações consensuais não oficializadas pela Igreja.

²⁶ Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana – Livros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 8, folha 83.

²⁷ Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana – Livros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 8, folha 138.

²⁸ Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana – Livros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 6, folha 36.

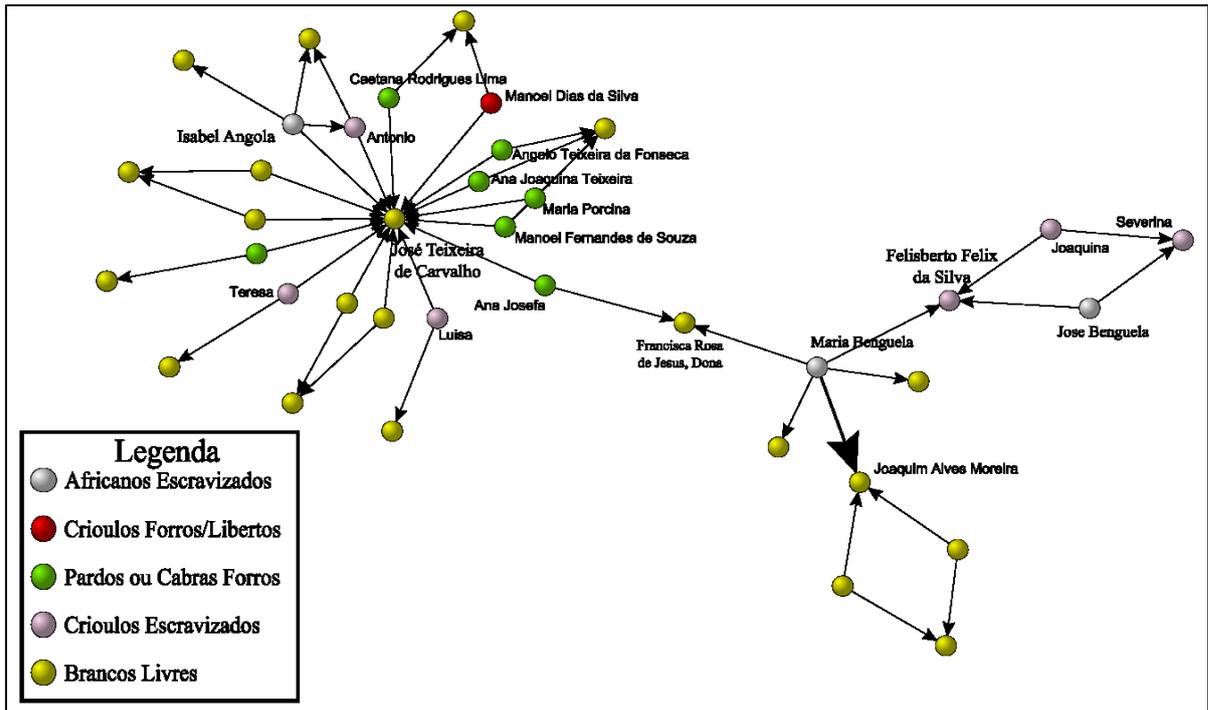


Imagem 2 – Relações de compadrio, Isabel Angola. Paróquia de Piranga, 1796-1805. Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga; www.familysearch.org.

Na análise da trajetória de Isabel, construímos as redes de compadrio cronologicamente, conforme iam sendo batizados os seus filhos, averiguando suas estratégias e o contexto das sociabilidades que a permeavam. Através da Imagem 2, vemos que no batismo dos dois primeiros filhos, à exceção de Antônio, que como vimos sacramentou a paternidade através do parentesco espiritual, suas escolhas recaíram sobre indivíduos livres e “brancos”, ou, pelo menos, sem a cor declarada, e dentre eles o Alferes José Teixeira de Carvalho, atuante em todos os estratos da hierarquia social e recorrentemente escolhido como padrinho.

Todavia, chamamos atenção para a outra extremidade desta Imagem 2, a “sub-rede” constituída pelas escolhas realizadas por Maria Benguela. Dentre elas, destacamos as escolhas que recaíram sobre Felisberto Félix da Silva, crioulo escravizado, padrinho de filhos de outros crioulos e africanos escravizados, o que constitui um universo peculiar de sociabilidades afrodescendentes dentro desta rede de relações de compadrio. Através da Imagem 3, averigua-se que é exatamente para esta porção da rede que Isabel e Antônio irão mirar suas relações ao nomearem Felisberto Félix da Silva, agora um crioulo forro, como padrinho de Saturnino, nascido em 1813 e como madrinha Joana Coelho, também crioula e forra.²⁹

²⁹ Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana – Livros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 4, folha 125.

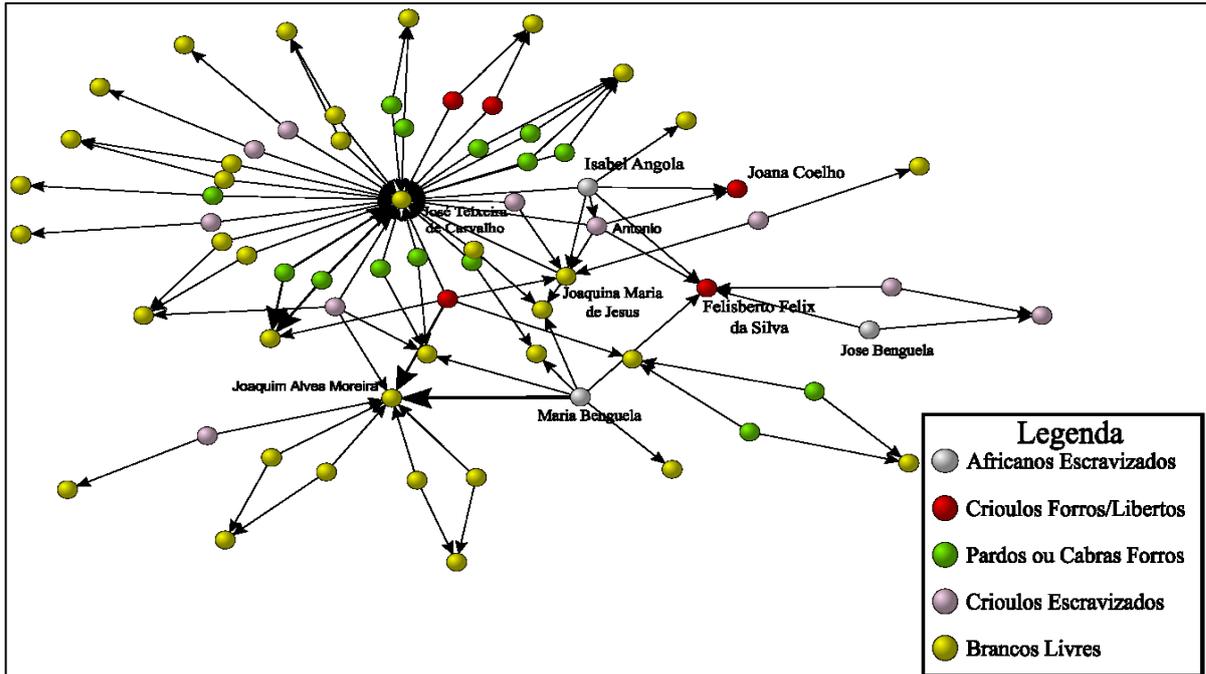


Imagem 3 – Relações de compadrio, Isabel Angola. Paróquia de Piranga, 1796-1813. Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga; www.familysearch.org.

Neste ínterim, tornam-se complexas as relações firmadas por seus compadres e entre outros envolvidos nesta rede social. Destaca-se que Joaquina Maria de Jesus, mulher livre e branca, além de ter servido como madrinha de Modesto, continuou a atuar neste universo relacional dos crioulos escravizados, encurtando hierarquias. Do mesmo modo, Joaquim Alves Moreira, recorrentemente nomeado padrinho, também passa a atuar no mundo dos crioulos escravizados e as amplia até o ano de 1818, quando é batizada Maria, a quarta filha de Isabel e Antônio (Imagem 4).

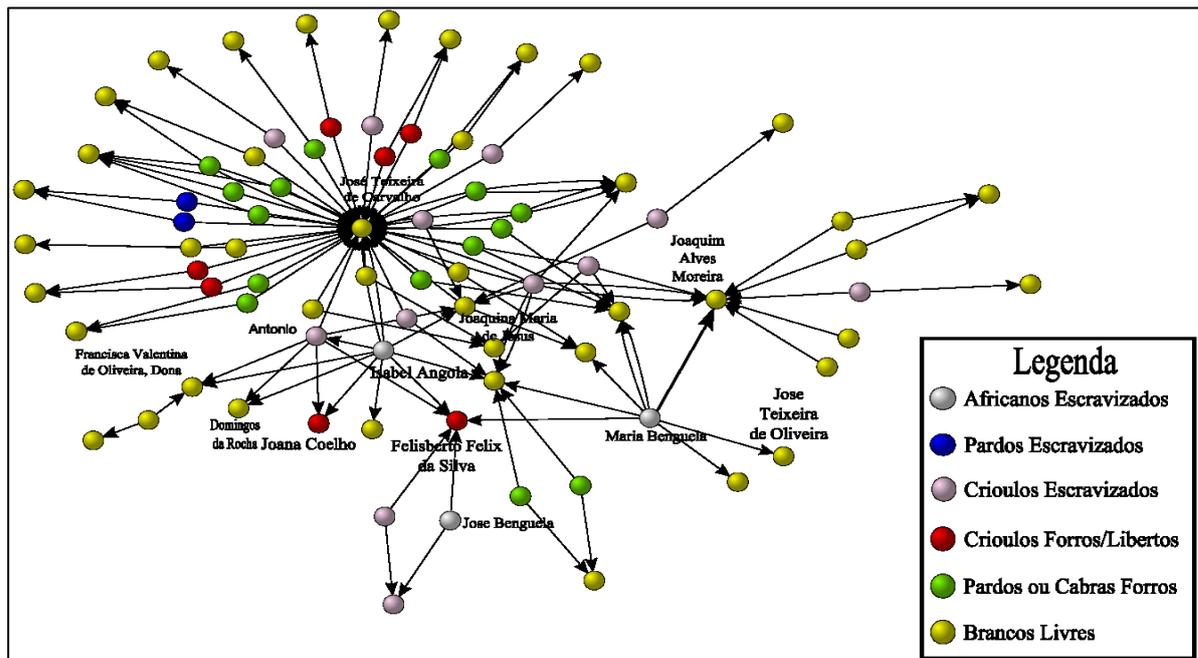


Imagem 4 – Relações de compadrio, Isabel Angola. Paróquia de Piranga, 1796-1818. Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga; www.familysearch.org.



Neste sacramento, realizado no dia 20 de maio, os padrinhos escolhidos foram Domingos da Rocha e Dona Francisca Valentina de Oliveira, filhos do capitão Antônio Teixeira de Carvalho, provavelmente aparentados com o proprietário de Isabel e Antônio.³⁰ Por fim, em outubro de 1820, no batizado de Teresa, recorreram a Joaquim Alves Moreira e Dona Felicidade Joaquina como compadres.³¹ Através da análise da Imagem 5, vemos que situam-se na porção central da rede social, onde também encontram-se vários outros indivíduos africanos, crioulos e pardos, livres e escravos, em imbricadas relações com o universo da liberdade.

Em algum momento entre o batismo de Teresa e o recenseamento de 1831, Isabel enviuvou-se e alcançou sua liberdade, sem deixar outros rastros sobre seu paradeiro. Entretanto, uma informação até agora ocultada, é indicativa de como pode ter alcançado sua liberdade. Entre os batizados de Modesto (1805) e Saturnino (1813), Isabel e Antônio deixaram de ser cativos do mesmo efetivo escravo. Enquanto ele continuou como cativo de José Teixeira de Oliveira, ela passou a propriedade do Alferes José Teixeira de Carvalho, agora, seu senhor e compadre, o qual, pelo vínculo de parentesco firmado no ano de 1805, pode ter-lhe concedido a dádiva da alforria.³²

Ainda, expõe-se outro aspecto interessante neste processo, mesmo cativa do Alferes José Teixeira de Carvalho, a propriedade da prole passou a ser distribuída: Saturnino foi registrado em seu batismo como sendo de propriedade do senhor de seu pai (José Teixeira de Oliveira), assim como Modesto e Joana. Já Maria e Teresa, foram registradas como cativas do novo senhor de Isabel.

³⁰ Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana – Livros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 4, folha 12v.

³¹ Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana – Livros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 4, folha 54v.

³² Sobre a temática das alforrias, vários autores destacaram a maior capacidade das mulheres em alcançarem a alforria do que os homens. Dentre outros, ver SOARES, Márcio de Sousa. **A remissão do cativo**: a dádiva da alforria e governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750 – c. 1830, Rio de Janeiro: Apicuri, 2009. p. 101-106; LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde de Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol 17, no. 1-2, jan-dez, 2000, p. 17-46.

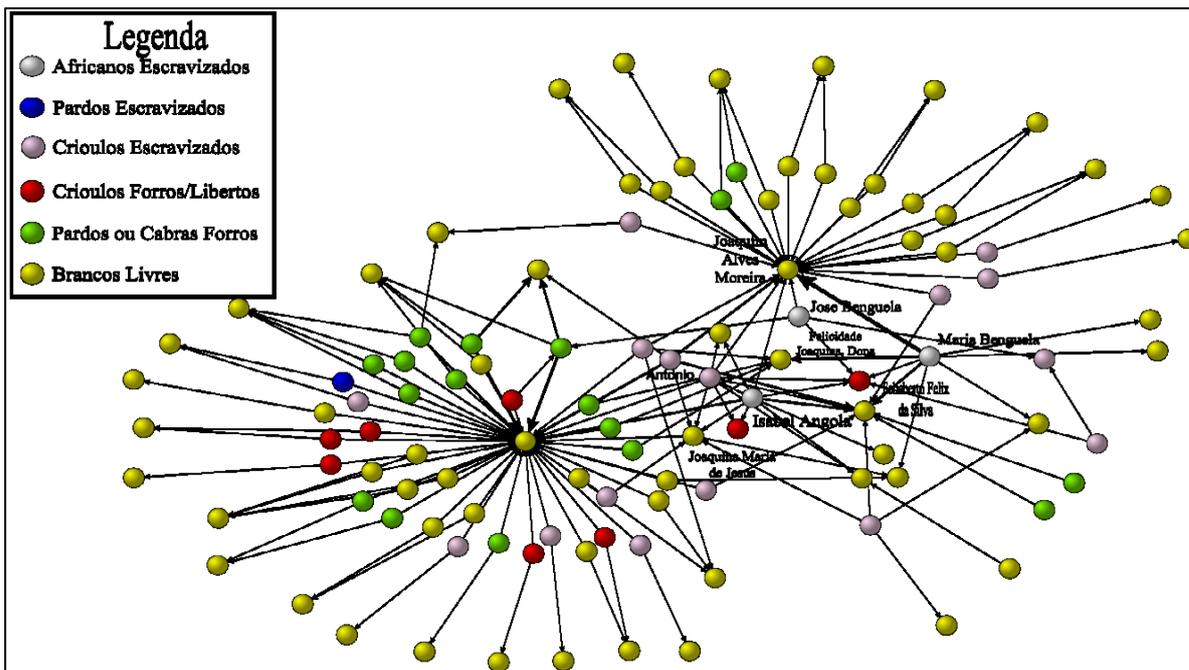


Imagem 5 – Relações de compadrio, Isabel Angola. Paróquia de Piranga, 1796-1820. Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga; www.familysearch.org.

A partir destas informações, sugere-se que Isabel ao alcançar sua liberdade agregou-se ao domicílio onde seu esposo e três filhos eram cativos e, como liberta, visasse acumular pecúlio suficiente para adquirir a liberdade deles ou melhores condições de vida. Talvez esta motivação ainda estivesse em curso quando veio a enviuvar-se, o que pode ter mudado os rumos e exigido maior tempo de acumulação de capital. Certamente o preço da liberdade de Modesto, que em 1831, estava no auge da sua idade produtiva (26 anos, conforme exposto na Tabela 5) era muito maior que o montante exigido pela liberdade de seu esposo, o que justifica a permanência como agregada ao longo da década de 1830, num domicílio de poucos escravos, no qual, sua mão-de-obra certamente era determinante para o pleno funcionamento daquela unidade produtiva.

A última trajetória que irei narrar neste artigo foge à regra até então demonstrada, a saber, de africanos libertos agregados às escravarias onde eram cativos seus familiares. Conhece-se assim, a trajetória de Isabel Benguela, solteira, 40 anos de idade, fiadeira, em 1839 era agregada no domicílio de um jovem casal: Antônio Marçal, pardo, lavrador, 28 anos de idade, casado com Ana Maria, parda, fiadeira, 17 anos de idade (Tabela 6).

n°	Nome	Sexo	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação
1	Antônio Marçal	M	28	Pardo	Casado	Livre ou Lib	Lavrador
2	Ana Maria	F	17	Pardo	Casado	Livre ou Lib	Fiadeira
3	Isabel	F	40	Benguela	Solteiro	Livre ou Lib	Fiadeira

Tabela 6 – Domicílio chefiado por Antônio Marçal, Piranga, 1839. Fonte: APM. Listas Nominativas.



Em 1831, Isabel, carregava o etnônimo Benguela como parte de seu nome, assim como todos os outros cativos africanos do domicílio chefiado pelo pardo livre João Soares e sua esposa Dionisia (Tabela 7). Comparando os dois domicílios, o primeiro elemento a chamar atenção é a presença de crianças cativas, as quais poderiam ser filhas de Isabel Benguela ou Maria. Ainda, uma das crianças chamava-se Ana, mesmo nome da esposa do chefe do domicílio onde Isabel Benguela era agregada em 1839. Finalmente, numa busca pelos assentos de batismo sacramentados na localidade, encontrou-se no ano de 1822, o batismo de Ana, filha natural de Isabel Benguela, escrava de João Soares de Souza. Portanto, no domicílio onde Isabel fora recenseada em 1839, todas as relações entre seus habitantes eram circunscritas por laços familiares: o chefe, sua esposa e sogra.

nº	Nome	Sexo	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação
1	João Soares	M	60	pardos	casado	livre	negociante
2	Dionisia	F	60	pardos	casado	livre	
3	Pedro Benguela	M	50	africano/preto	solteiro	escravo	
4	Felix Benguela	M	30	africano/preto	solteiro	escravo	
5	Francisco Congo	M	16	africano/preto	solteiro	escravo	
6	Isabel Benguela	F	38	africano/preto	solteiro	escravo	
7	Maria	F	50	crioulo	solteiro	escravo	
8	Claudina	F	14	crioulo	solteiro	escravo	
9	Joana	F	8	crioulo	solteiro	escravo	
10	Ana	F	8	pardos	solteiro	escravo	
11	Beatriz	F	16	pardos	solteiro	livre	fiadeira

Tabela 7 – Domicílio chefiado por João Soares, Piranga, 1831. Fonte: APM. Listas Nominativas.

Rastreando outros batismos nos quais Isabel esteve envolvida, constatou-se que Claudina, Joana e Ana eram todas suas filhas, nascidas em 1818, 1820 e 1822, respectivamente.³³ Ainda, cabe notar, Joana foi alforriada na pia batismal, mas, ainda assim, recenseada como cativa em 1831. Assim como nas análises anteriores, reconstruí as relações de compadrio firmadas por Isabel sem deixar de lado o universo relacional de seus compadres, procurando a partir deste procedimento compreender estratégias de mobilidade e ascensão social, bem como a estruturação de hierarquias e das desigualdades sociais.

³³ Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana – Livros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 6, folha 44; Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana – Livros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 6, folha 46; Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana – Livros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 6, folha 48.

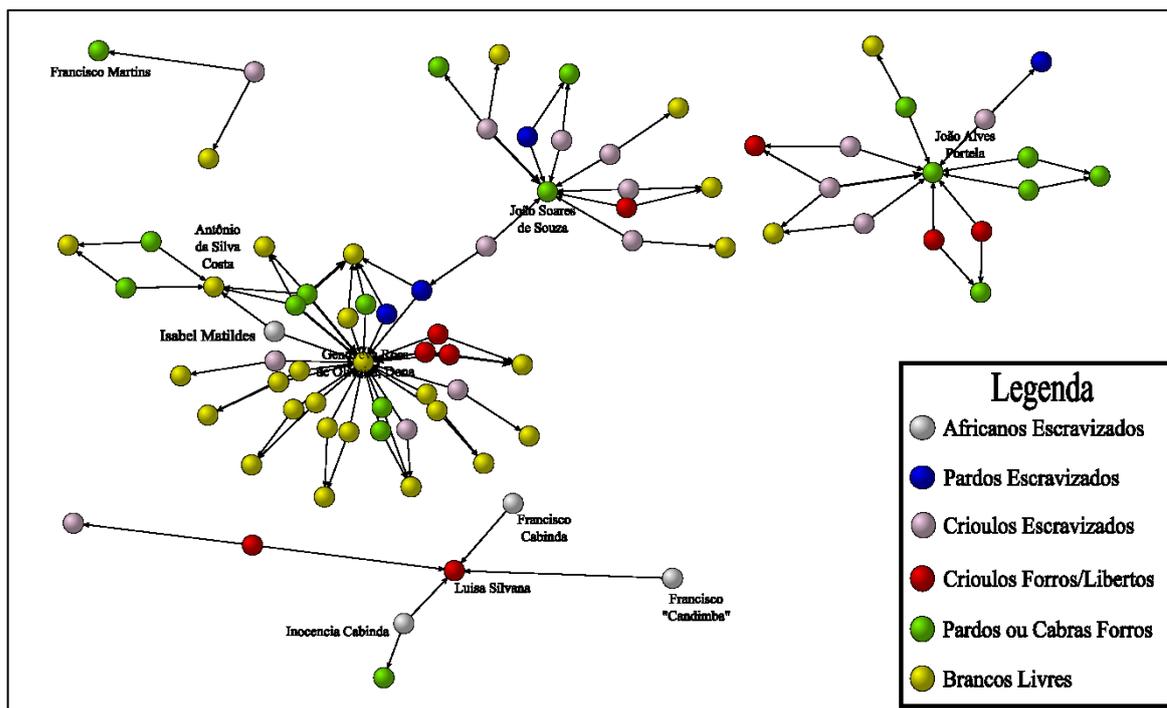


Imagem 6 – Relações de compadrio, Isabel Matildes. Paróquia de Piranga, 1793-1818. Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga; www.familysearch.org.

Deste modo, constatou-se que à época do batismo de Claudina em setembro de 1818³⁴, a madrinha nomeada, Dona Genoveva Rosa de Oliveira, já era uma senhora muito bem relacionada, periodicamente escolhida como madrinha e com um leque de atuação extremamente diversificado entre os vários estratos sociais. Também presente nesta rede social, João Soares de Souza, senhor proprietário de Isabel Matildes, até o ano de 1810 carregava o distintivo “pardo forro”, o que nos evidencia seu passado no cativeiro, justificando sua ampla atuação como compadre de muitos cativos e afrodescendentes libertos.

Dois anos depois, no batismo de Joana, como já mencionado, alforriada na pia, os padrinhos foram João Alves Portela e Eufrasia Nogueira, ambos sem nenhuma identificação quanto a condição e cor. Porém, averiguando outros batismos onde João Alves Portela atuou como padrinho, constatou-se que assim como João Soares de Souza, até meados da década de 1800 era referido como “pardo forro”, e também estava socialmente posicionado em constantes relações com o universo dos libertos e afrodescendentes (Imagem 7).

³⁴ Neste assento de batismo Isabel é Isabel Matildes. Doravante esta será a forma como a mesma será referida.

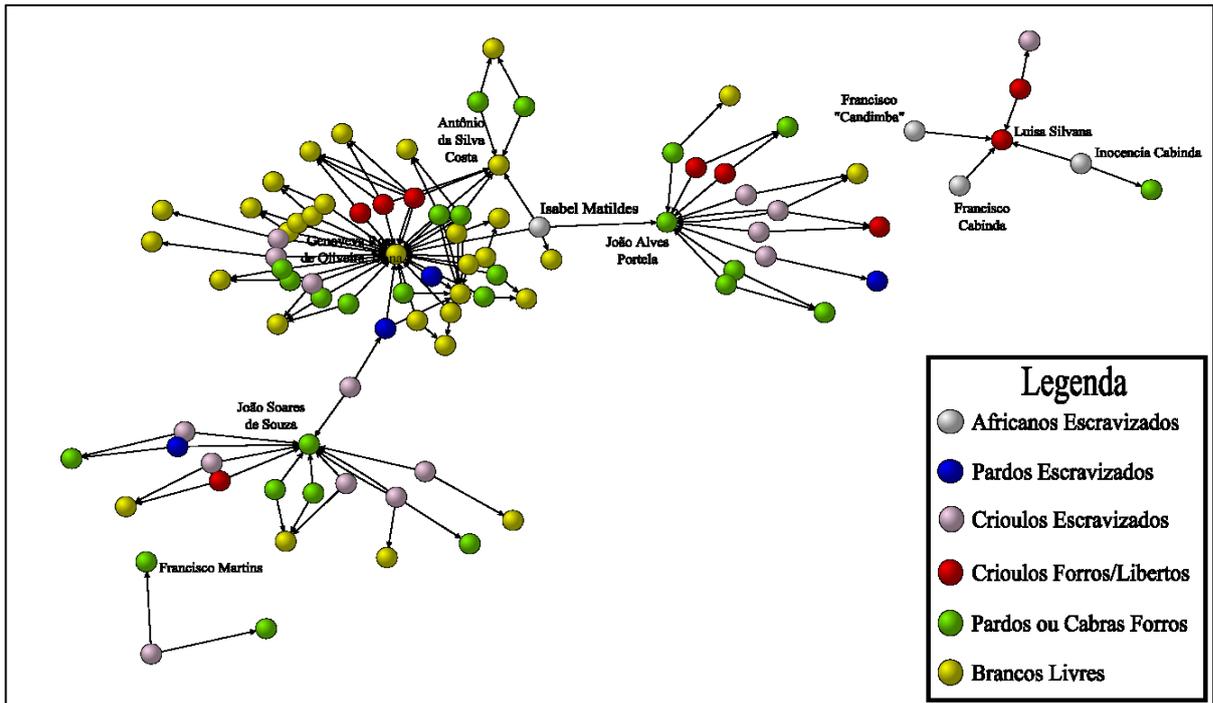


Imagem 7 – Relações de compadrio, Isabel Matildes. Paróquia de Piranga, 1793-1820. Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga; www.familysearch.org.

No batismo de Ana, novamente um “pardo forro” é nomeado padrinho, Francisco Martins, juntamente com sua mãe Caetana Cardoso, esta, sem menção alguma a sua origem, porém, por ter dado à luz a um cativo, conclui-se tratar de uma egressa do cativo. A partir de todos estes batismos, vê-se que Isabel Matildes integrava-se a uma vasta rede de relações que envolvia o mundo dos libertos e afrodescendentes. Apesar de determinadas recorrências averiguadas em suas relações de compadrio, como a escolha de homens “pardo forros”, o que se detecta da estrutura relacional disposta na Imagem 8 é a diversificação relacional entre distintos setores das sociabilidades que estavam ao seu alcance.

Diferente do emaranhado de relações no qual Isabel Angola estava imersa (Imagem 5), a estrutura relacional da rede de compadrio constituída por Isabel Matildes (Imagem 8) sugere a retomada de um tema caro a teoria social contemporânea: a força dos laços fracos, os quais, apesar de pouca envergadura e muitas vezes periféricos, estruturam as sociedades em que se dão.³⁵ Grosso modo, o que quero sugerir para as pesquisas históricas sobre a agência social de escravos e libertos? Muitas vezes as explicações de fenômenos sócio relacionais não residem em afinidades altamente hierarquizadas e nas relações de dependência derivadas. Deste modo, outras tantas vezes, devemos procurar os fatos pequenos, os “laços fracos”, aqueles que dão coesão às estruturas sociais. Para

³⁵ GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, 78, 1973, p. 1360-1380.



ilustrar minha proposição, nada melhor do que retomar esta trajetória de vida no limiar entre a escravidão e a liberdade, cotejando suas estratégias e a formação de suas redes sociais por este viés interpretativo.

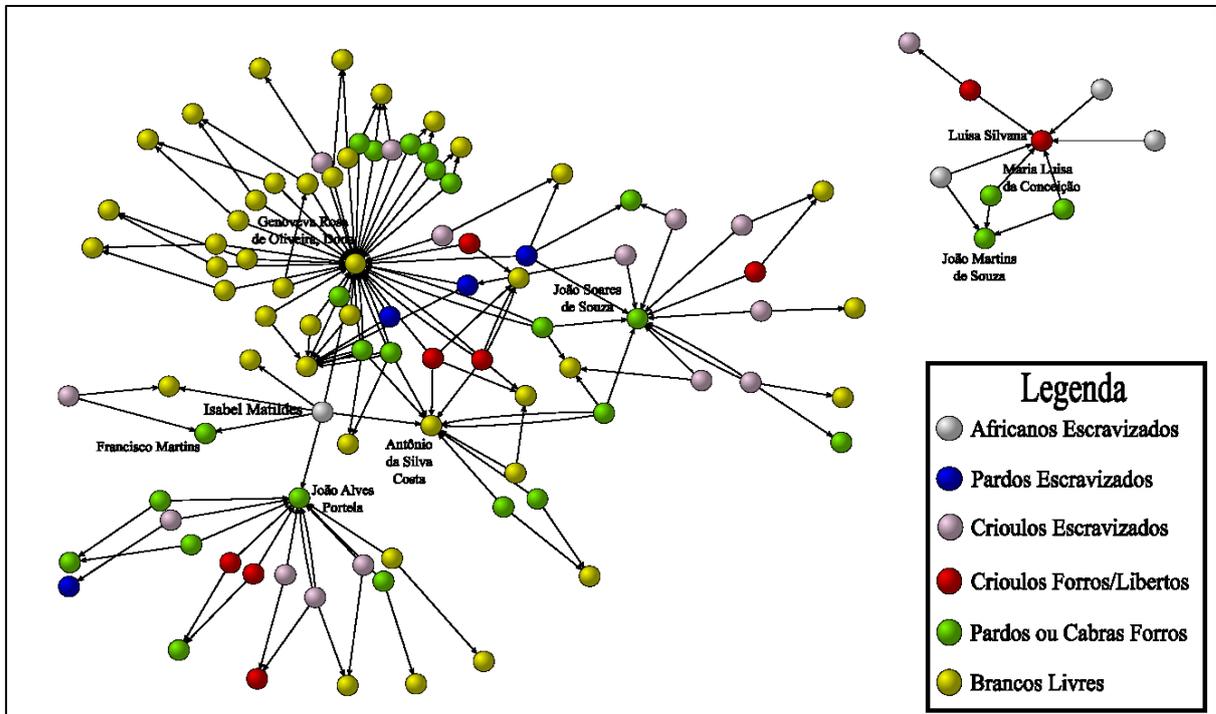


Imagem 8 – Relações de compadrio, Isabel Matildes. Paróquia de Piranga, 1793-1822. Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga; www.familysearch.org.

Desde o batizado de sua primeira filha, Isabel Matildes nomeou como madrinha uma distinta senhora da localidade, socialmente reconhecida e descendente de uma das principais famílias da região. Depois deste sacramento, do ponto de vista dos valores por nós atribuídos a distinção social vigente, somente compadres situados abaixo na hierarquia social foram escolhidos para apadrinhar Joana e Ana. Imagino que não é exagerado supor que seriam bem aceitas interpretações que delineariam os fracassos de Isabel Matildes em inserir-se nos principais circuitos relacionais da elite escravista da localidade, afinal, há um vício em mecanizar as sociabilidades do passado. Assim, é como se depois de ter alcançado a benção do apadrinhamento de uma importante senhora daquela sociedade, as únicas possibilidades seriam alianças para cima.

Todavia, sua trajetória, no mínimo, demonstra os reordenamentos relacionais que o historiador não deve perder de vista. Eventualmente o plano inicial para inserir-se e ser reconhecida socialmente, fosse os altos patamares da hierarquia socioeconômica, porém, mudanças de planos se fizeram necessárias. Reordenando suas estratégias e expandindo as relações para outros estratos sociais, abaixo na hierarquia, mas, ainda assim, com uma condição alheia ao cativo, Isabel Matildes demonstrou deter o controle sobre as relações de compadrio por ela firmadas. Por



exemplo, pela Imagem 8, averigua-se que as relações por ela traçadas nos batismos de Joana e Ana, 1820 e 1822, respectivamente, só tem acesso ao restante dos indivíduos através da intermediação de Isabel.

Por fim, no canto direito superior há um pequeno componente onde estão situados Luísa Silvana e João Martins de Souza, ela crioula e ele pardo, ambos egressos do cativo. Depois de 1822, quando se sacramentou o batismo de Ana, não foram encontradas outras referências a Isabel Matildes nos assentos de batismo. Porém, para extrema surpresa, em 1839, 16 anos depois, Isabel Matildes volta à pia batismal para batizar sua filha Rita no dia 30 de abril. Os padrinhos são o seu proprietário, João Soares de Souza, e Luísa Silvana, crioula forra, distinguida como esposa de João Martins de Souza (Imagem 9).

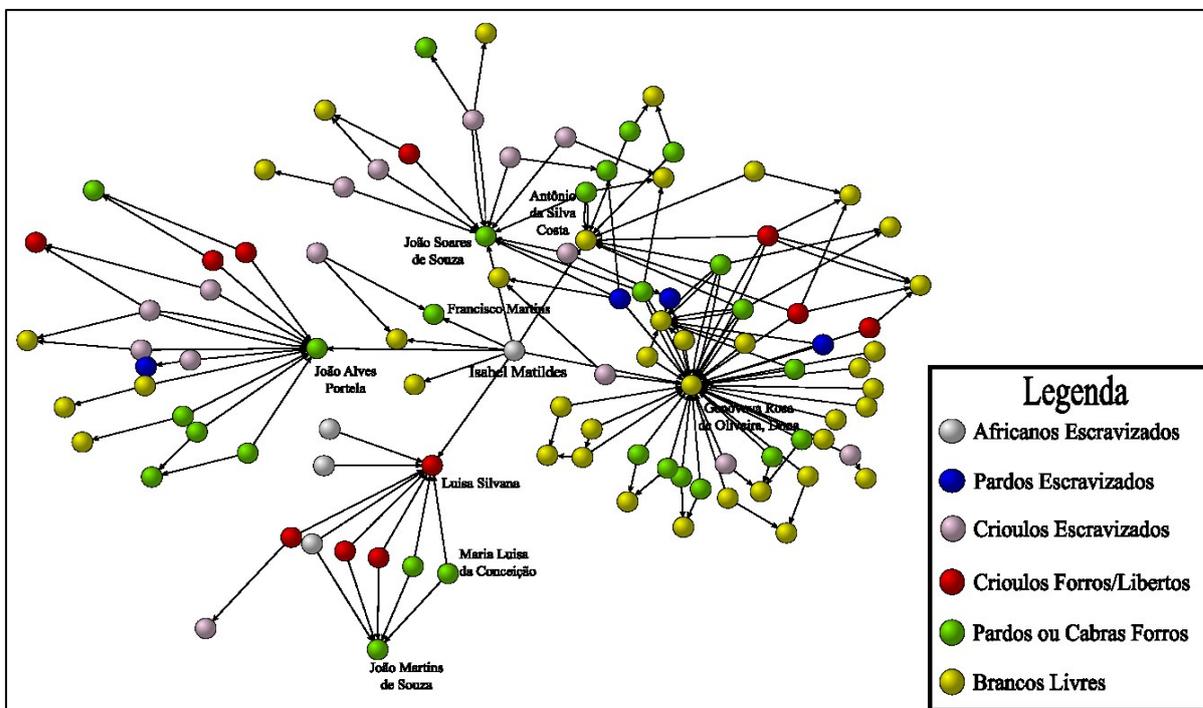


Imagem 9 – Relações de compadrio, Isabel Matildes. Paróquia de Piranga, 1793-1838. Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga; www.familysearch.org.

A partir deste assento de batismo, fica claro que em 1839, quando foi recenseada agregada ao domicílio de seu genro e filha, era uma recém liberta. Todavia, uma pergunta que me faço e os leitores podem questionar: não teria o pároco responsável pela feitura do assento de batismo a discriminado escrava enquanto a mesma já fosse uma mulher liberta há vários anos, conforme ocorreram nas outras trajetórias aqui narradas? Tendo em vista os diversos aspectos que marcaram a precariedade da liberdade no Brasil escravista, acredito que é plenamente possível aventar esta hipótese.



Ainda, em caso de resposta negativa, considerando-se encontrar qualquer outra evidência que ateste ela ter alcançada a liberdade naqueles meses entre os anos de 1838 e 1839, acrescenta-se a dúvida sobre por que justamente neste último batismo como cativa, a criança foi apadrinhada por seu proprietário? Seria ele o pai desta criança e de todas as outras filhas (Claudina, Joana e Ana)?

Assim sendo, outro questionamento se postula: por que tanto tempo sem ter filhos? Era muito incomum uma mulher permanecer 16 anos sem ter filhos, o que me fez elencar algumas possibilidades explicativas. Primeiro, a ausência de fontes, pois, interrupções nas séries documentais ou uma ou outra página corroída pelo tempo, poderia privar o preenchimento de lacunas nesta trajetória de vida. Outra possibilidade é a alta mortalidade, mas, fico em dúvida se por tanto tempo não teria sobrevivido um filho sequer? E por fim, deve-se trabalhar com a possibilidade da morte precoce do seu companheiro, pai de suas outras filhas, quando estas ainda eram crianças, e ao longo destes 16 anos, nenhum relacionamento estável tivesse proporcionado filhos. Eventualmente, em finais da década de 1830, um novo companheiro abriu as portas para a alforria, gestando-se uma nova família no limiar da escravidão e da liberdade.

Todos estes questionamentos carecem de outras fontes de pesquisa, além de novas reflexões sobre as trajetórias de africanos libertos nas Minas Gerais. Por ora, ficam apenas como apontamentos sobre a agência e estratégias de indivíduos libertos que tiveram que lidar cotidianamente com a precariedade de sua condição.

Conclusão

Este artigo, a partir das trajetórias de três mulheres libertas, explorou diversas possibilidades de análise das estratégias do universo relacional dos afrodescendentes livres no passado brasileiro. Ao mesmo tempo, algumas trajetórias reforçam a tese da precariedade da liberdade no Brasil, como nos casos de Maria Rebolo e Isabel Angola, mulheres que mesmo tendo alcançado sua liberdade, continuaram vivendo nas mesmas senzalas onde foram feitas cativas.

Por sua vez, a trajetória de Isabel Matildes entre a escravidão e a liberdade, apresenta uma mulher que além de ter alcançado sua liberdade, foi capaz de alçar suas filhas a esta condição, lançando mão de escolhas relacionais imersas no universo dos africanos e afrodescendentes libertos, o que aponta para as várias faces que hierarquizavam a sociedade brasileira.

O que quero dizer com isso? Nem sempre as relações entre indivíduos africanos, crioulos, pardos, livres ou libertos e a população branca se restringiam a hierarquias verticais, nas quais, sempre o patamar mais alto é o objetivo. Mas, vez por outra, como demonstrei na trajetória de Isabel Matildes, mulheres lançaram mão de vínculos horizontais, os quais, também abriam portas



para o universo da liberdade. Assim, postulo que estas relações, se bem vasculhadas, possuem um alto potencial em revelar traços distintivos das sociabilidades que integravam, pelos seus antônimos, as diversas camadas que compunham a sociedade brasileira do século XIX. Desta forma, espero com este artigo ter apresentado possibilidades e, quem sabe, a partir delas incitar novas reflexões que se debrucem sobre o universo dos africanos libertos no Brasil do século XIX.